

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: ONS contratou ‘lobby’ por R\$ 300 mil	2

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 01/02/2020**Seção:** Economia**Autor:** André Borges**Título:** ONS contratou 'lobby' por R\$ 300 mil

A auditoria realizada por técnicos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que passou um pente-fino nos gastos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) registrados entre 2014 e 2018, afirma que o órgão contratou serviços do escritório do ex-diretor da Aneel, o advogado Julião Coelho, para que ele atuasse como um tipo de "lobista" na defesa do ONS, em um processo que tramitava no Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo a Aneel, o contrato foi firmado em 2016, após "sumária e direcionada pesquisa de mercado" para escolha do escritório de advocacia. Na ocasião, o ONS contratou, sem a realização de licitação, os serviços advocatícios do escritório Julião Coelho Advocacia, pelo valor de R\$ 300 mil. A contratação, afirmam os técnicos da Aneel, envolvia "apenas a defesa administrativa do ONS junto ao TCU, não incluindo, portanto, quaisquer ações judiciais posteriormente necessárias".

Reportagem publicada na última quinta-feira pelo Estado, revelou que o ONS, segundo levantamento da Aneel, incorreu em uma série de gastos sem relação com suas atividades, como a contratação, sem licitação, de duas empresas de massoterapia, para prestarem serviços de "shiatsu expresso" a seus funcionários, ao custo total de R\$ 307 mil, entre outros gastos.

O advogado encaminhou à reportagem uma série de documentos sobre sua atuação no caso. "Colocarei à disposição todo o material que produzimos no âmbito dessa contratação, que envolvia discussão essencialmente regulatória (expertise do escritório)".

O diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata Ferreira, também reagiu às comparações feitas pela Aneel a respeito de contratação de lobby. "Tal alegação coloca em evidência atos praticados não só pelo ONS, mas também pelo escritório contratado, invocando suposições acerca dos profissionais sérios e renomados no ramo do Direito e para o setor elétrico", afirmou, em uma resposta sobre o assunto que encaminhou à Aneel no dia 26 de dezembro do ano passado.

MME / ASCOM.

